

MANUAL PARA PROFESSORES DE ENSINO SECUNDÁRIO NO MÉXICO (1968): ARQUEOGENEALOGIA DE UM DISPOSITIVO PEDAGÓGICO

MANUAL PARA PROFESORES DE ENSEÑANZA SECUNDARIA EN MÉXICO (1968):
ARQUEOGENEALOGÍA DE UN DISPOSITIVO PEDAGÓGICO

MANUAL FOR SECONDARY SCHOOL TEACHERS IN MEXICO (1968): ARCHAEOGENEALOGY
OF A PEDAGOGICAL DEVICE

Rafael Araldi Vaz*

Universidade do Planalto Catarinense

Rodrigo Diaz de Vivar y Soler**

Universidade Regional de Blumenau

RESUMO: Publicado em 1963, nos EUA, com o título *Using effective discipline for better class control*, e, em 1968, no México, com o título *Empleo de una disciplina eficaz para el mejor gobierno de la clase*, este manual pedagógico foi produzido pelos professores norte-americanos Robert L. Schain e Murray Polner como parte da coleção de manuais para professores do ensino secundário, publicados nos EUA e na América Latina. Tomando este manual docente em sua dimensão de acontecimento e arquivo, o artigo procura realizar uma arqueogenealogia das formas de governo nos manuais pedagógicos da modernidade, reconhecendo a emergência deste manual no interior de uma gramática das formas de governo da sala de aula e, portanto, como um dispositivo pedagógico. Divide-se, assim, em duas seções: a primeira é intitulada *O manual docente como arquivo e dispositivo pedagógico*, e a segunda, *A pedagogia como técnica de governo das condutas*. Na primeira parte, apresenta-se a noção de arquivo a partir de Foucault e Didi-Huberman, de modo a demonstrar como esse conceito permite reconhecer o manual pedagógico como um conjunto entrelaçado de enunciados que se encontram e se organizam anacronicamente, como um suporte de tempos sobreviventes. Ainda, procura-se demonstrar como esse manual opera no campo educacional como um dispositivo pedagógico. Na segunda parte, analisa-se de que modo esse documento emerge em sua singularidade, como proposta de superação das formas disciplinares ineficazes e de constituição de formas disciplinares modernas, justas e eficazes.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivo. Governo. Dispositivo pedagógico.

* Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE-UNIPLAC). E-mail: rafaelvaz@uniplaclages.edu.br.

** Doutor em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professor do Departamento de Psicologia da FURB e no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Naturais e Matemática (PPGECIM-FURB). E-mail: rsoler@furb.br.

RESUMEN: Publicado en 1963, en los EE. UU., con el título *Using effective discipline for better class control*, y, en 1968, en México, con el título *Empleo de una disciplina eficaz para el mejor gobierno de la clase*, este manual pedagógico fue producido por los profesores norteamericanos Robert L. Schain y Murray Polner como parte de la colección de manuales para profesores de enseñanza secundaria, publicados en los EE. UU. y en América Latina. Tomando este manual docente en su dimensión de acontecimiento y archivo, el artículo busca realizar una arqueogenealogía de las formas de gobierno en los manuales pedagógicos de la modernidad, reconociendo la emergencia de este manual en el interior de una gramática de las formas de gobierno del aula y, por lo tanto, como un dispositivo pedagógico. Se divide, así, en dos secciones: la primera se titula El manual docente como archivo y dispositivo pedagógico, y la segunda, La pedagogía como técnica de gobierno de las conductas. En la primera parte, se presenta la noción de archivo a partir de Foucault y Didi-Huberman, a fin de demostrar cómo este concepto permite reconocer el manual pedagógico como un conjunto entrelazado de enunciados que se encuentran y se organizan anacrónicamente, como un soporte de tiempos supervivientes. Asimismo, se busca demostrar cómo este manual opera en el campo educativo como un dispositivo pedagógico. En la segunda parte, se analiza de qué modo este documento emerge en su singularidad, como una propuesta de superación de las formas disciplinares ineficaces y de constitución de formas disciplinares modernas, justas y eficaces.

PALABRAS CLAVE: Archivo. Gobierno. Dispositivo pedagógico.

ABSTRACT: Published in 1963 in the USA under the title *Using Effective Discipline for Better Class Control*, and in 1968 in Mexico under the title *Empleo de una disciplina eficaz para el mejor gobierno de la clase*, this pedagogical manual was produced by the American professors Robert L. Schain and Murray Polner as part of a collection of manuals for secondary school teachers, published in the USA and in Latin America. Taking this teaching manual in its dimension as an event and archive, the article seeks to carry out an archaeogenealogy of forms of government in the pedagogical manuals of modernity, recognizing the emergence of this manual within a grammar of forms of classroom governance and, therefore, as a pedagogical device. It is thus divided into two sections: the first is entitled “The teaching manual as archive and pedagogical device,” and the second, “Pedagogy as a technique for governing conduct.” In the first part, the notion of archive is presented based on Foucault and Didi-Huberman, in order to demonstrate how this concept makes it possible to recognize the pedagogical manual as an intertwined set of statements that meet and are organized anachronically, as a support of surviving times. It also seeks to demonstrate how this manual operates in the educational field as a pedagogical device. In the second part, it analyzes how this document emerges in its singularity, as a proposal to overcome ineffective disciplinary forms and to constitute modern, fair, and effective disciplinary forms.

KEYWORDS: Archive. Government. Pedagogical device.

1 INTRODUÇÃO

Publicado em 1963, nos EUA, com o título *Using effective discipline for better class control*, e, em 1968, no México, com o título *Empleo de una disciplina eficaz para el mejor gobierno de la clase*, esse manual pedagógico foi produzido como parte da coleção de manuais para professores do ensino secundário nos EUA e publicado tanto nos EUA quanto na América Latina, em países como El Salvador, Equador, Guatemala, Peru e Uruguai¹. O artigo procura analisar a primeira edição de 1968, publicada no México, visando compreender a emergência desse manual como dispositivo pedagógico em países de língua hispânica. Tomando o manual de 1968 como ponto de partida para se pensar sua dimensão de acontecimento e arquivo, procuramos realizar uma arqueogenealogia das formas de governo nos manuais da modernidade, o que permitirá reconhecer a emergência desse manual no interior de uma gramática das formas de governo e, portanto, como um dispositivo pedagógico.

Para Foucault (2000, p. 244), um dispositivo pode ser definido como:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que compreende discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas; em suma, o dito tanto quanto o não dito, estes são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se estabelece entre estes elementos.

¹ Alguns países em que o manual pedagógico foi publicado e segue sendo utilizado no início do século XXI são Guatemala, Equador, El Salvador, Peru e Uruguai. Prova disso são alguns estudos realizados na Guatemala e Equador, que tomam esse material como referência para a constituição de práticas pedagógicas e de gestão disciplinar (Aspiazu Suárez; Lino Chele, 2013; Annel Samuel Carrillo López, 2025).

Por sua vez, um dispositivo pedagógico atua, no sentido de procurar estabelecer uma tecnologia de regulação dos corpos subjetivados, não se limitando a um instrumento de aprendizagem, mas sim se estruturando como uma ferramenta situada, tal como descreve Deleuze (1998), no jogo entre o *dizível* e o *visível*. Isto é, a função política de um dispositivo pedagógico é se constituir como um solo fértil para o adestramento moral, a disciplinarização individual e o assujeitamento das subjetividades.

Portanto, ao compreendermos esse manual docente como um dispositivo de sustentação governamental da sala de aula, responsável por acionar formas potenciais de subjetivação docente, procuramos abordá-lo também a partir de sua dimensão arquivística. Nesse caso, a noção de arquivo vincula-se às noções de sobrevivência e anacronismo, tal como pensada por Didi-Huberman (2013), o qual compreende o tempo presente como um tempo laminado, isto é, entrecruzado por imagens, objetos, palavras e signos de muitos outros tempos. O anacronismo, aqui reconhecido em sua dimensão positiva, permite observar a sobrevivência material e simbólica como um imenso arquivo de enunciados capazes de, a qualquer momento, serem despertados no tempo presente, assim como a mosca no âmbar permite ressuscitar os mortos de outrora.

Não por acaso, é possível observar em nosso tempo a reativação de discursos e de formas disciplinares, que incidem sobre a escola e a atividade docente, configurando estratégias de governo da sala de aula. Nesse cenário – demarcado pelo avanço da extrema direita e do neoliberalismo como gestão da vida social –, a retomada dos manuais para instrumentalização de escolas cívico-militares, a vigilância, o monitoramento e o ataque à atividade docente, a reativação do discurso disciplinar e dos dispositivos de segurança para a contenção da violência nas escolas são eventos que nos convocam a refletir sobre as emergências e sobrevivências das formas de governo na educação. Assim, ao analisar a arqueogenealogia dos manuais pedagógicos como formas híbridas e sobreviventes de um tempo laminado, procuramos lançar luz sobre as dinâmicas e disputas que estruturam as formas de saber-poder no campo educacional no tempo presente.

Tendo em vista esse cenário, procuramos retomar algumas questões sensíveis à educação contemporânea e que recolocam o debate em torno da função pública da escola e dos limites ao exercício da democracia. Nesse sentido, retomar o debate sobre a disciplina e as formas de governo da sala de aula nos parece uma condição incontornável. Assim, propomos refletir sobre os manuais pedagógicos, retomando algumas importantes questões de fundo, como: *O que torna a disciplina uma necessidade pedagógica na modernidade?; Em quais condições a educação e a escola prescindem da disciplina como dispositivo pedagógico?; Afinal, é possível uma educação e uma escola sem disciplina?*

Ao retomarmos essas questões, buscamos problematizar a disciplina como condição imperativa ao trabalho pedagógico e sua universalização como tecnologia invariável e regular na história da educação. Assim, tomando como referência uma investigação sobre um manual pedagógico e disciplinar, o que procuramos indagar é: em quais condições a disciplina pode se converter em fundamento, necessidade ou imperativo da atividade pedagógica, da gestão da vida escolar e de certa concepção de educação?

Portanto, para a análise do presente manual docente, partimos de duas noções metodológicas e operativas: 1) situando-o em relação à perspectiva arqueológica, buscamos compreendê-lo como parte integrante de um arquivo de enunciados pedagógicos, materializado em sua condição de documento e problematizado em sua condição de monumento; e 2) situando-o em uma perspectiva genealógica, procuramos reconhecer seus efeitos tecnológicos como um dispositivo pedagógico de gestão da conduta docente. Tem-se, portanto, no cruzamento entre a arqueologia dos enunciados e a genealogia dos dispositivos de poder, a proposta de uma abordagem arqueogenealógica, compreendida neste artigo como um procedimento que busca integrar a análise dos enunciados que atravessam os manuais pedagógicos, suas emergências e sobrevivências no tempo, ao reconhecimento dos efeitos de poder propostos neste manual como dispositivo pedagógico.

2 O MANUAL DOCENTE COMO ARQUIVO E DISPOSITIVO PEDAGÓGICO

Primeiramente, é importante definirmos o que compreendemos por arquivo. Em *Arqueologia do Saber*, ao analisar as formas pelas quais os enunciados emergem no interior de redes discursivas estruturadas, Foucault (2012, p. 154) afirma que “O arquivo é, antes de tudo, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o surgimento dos enunciados como acontecimentos singulares”. Como parte

integrante do “método” arqueológico, o arquivo é compreendido como o sistema que permite organizar a regularidade dos enunciados, provendo as regras do que torna coerente a sua funcionalidade. Nas palavras de Castro (2016, p. 43), “O arquivo é, em outras palavras, o sistema das condições históricas de possibilidade dos enunciados”. Por isso, em última instância, o arquivo é a lei do que pode ser dito.

Diferentemente do modo como tradicionalmente os historiadores compreendem a noção de arquivo, como um conjunto de fontes escritas e materiais ou de acontecimentos registrados e interrompidos pela passagem do tempo, a noção de arquivo em Foucault (2012, p. 106) designa muito mais “[...] um conjunto que continua a funcionar, a se transformar através da história, possibilitando o surgimento de outros discursos”. Isto é, o arquivo é capaz de reger muito mais o movimento dos acontecimentos do que o contrário. Nesse sentido, ele é matéria ou um conjunto de matérias, mas, principalmente, uma massa verbal, discursiva, que opera nesses suportes materiais (Aquino, 2019).

Considerando tal condição, é possível dizer mais: o arquivo é uma montagem dos tempos, isto é, é o resultado de sobrevivências do passado em cada novo presente. Mais ainda, ele é um encontro assimétrico entre diferentes temporalidades (Aquino, 2019), o que nos aponta que o anacronismo ou a discordância dos tempos é a sua condição primária. Como afirma Didi-Huberman (2015, p. 21), “[...] o anacronismo atravessa todas as contemporaneidades”, o que demonstra que estamos submetidos a diferentes regimes de historicidade, diferentes modos de habitar o tempo, enquanto estamos embebidos em um conjunto prolixo de temporalidades laminadas. Como afirma François Dosse (2013, p. 323-324), tal noção:

[...] torna caduca a estigmatização do anacronismo como pecado, substituindo-o por uma atenção especial pelo entrelaçamento de diversas temporalidades segundo os regimes instáveis, heterogêneos e em possível tensão. [...] o tempo é antes de tudo ‘laminado’, porque deve ser colocado em relação com a subjetividade do sujeito histórico, independente que seja individual ou coletivo.

Por esse motivo que na realização de uma arqueogenealogia, “[...] o pesquisador passa a operar como um ‘remontador de tempos perdidos’” (Didi-Huberman, 2013). Eis por que nosso trabalho de análise do presente manual exige-nos a postura de um arqueólogo de arquivos, posto que, de saída, esse documento é um acontecimento, uma emergência no sentido foucaultiano e, ao mesmo tempo, um arquivo de muitos tempos. Nosso trabalho, portanto, é reconhecer, em sua gramática, a presença fantasmagórica de outros tempos – tempos que nele habitam em silêncio e que o converte em um arquivo de tempos perdidos.

Em segundo lugar, esse é um arquivo em particular. E, nesse sentido, ele possui seu modo próprio de operação. A esse modo próprio, damos aqui o nome de “dispositivo pedagógico”, um empréstimo conceitual de Carvalho e Gallo (2017), em suas leituras de René Schérer. Na ocasião, os autores retomam a abordagem de Schérer em seu livro *Émile Perversi* (1974), o qual propõe situar a obra *Emílio* de Rousseau como um dispositivo pedagógico, isto é, uma “[...] tecnologia de controle visual, uma vez que todo o processo educativo se dá ‘sob o olhar do mestre’, que controla o percurso e mesmo os possíveis desvios” (Carvalho; Gallo, 2017, p. 626). Tal compreensão permite reconhecer, no distanciamento da infância do mundo adulto, uma estratégia de controle pedagógico, a qual sustenta a coesão do dispositivo pedagógico, não somente na escola, mas em toda a estrutura social de governo da infância.

Digamos que, para amplificar o debate ou circunscrevê-lo, propomos refletir sobre o alargamento do conceito de dispositivo pedagógico, a partir do manual *Empleo de una disciplina eficaz para el mejor gobierno de la clase*. De tal modo que seja possível pensar a atuação do dispositivo pedagógico em muitos modos, entre os quais, em seu sentido de arquivo material de diferentes temporalidades e enunciados. Ao mesmo tempo, buscamos dar certa precisão ao conceito, ao analisarmos como o manual docente é capaz de se constituir como dispositivo pedagógico, ao ter por objeto não somente a criança ou o estudante, mas a gestão disciplinar eficiente da sala de aula e do exercício docente.

Assim, tomar o manual docente como dispositivo pedagógico significa reconhecê-lo, portanto, como um arquivo integrado de enunciados que sobrevivem no cruzamento de muitos tempos, em um imenso palimpsesto de códigos, fórmulas e prescrições, que se atravessam na ordem de muitos saberes. Ao mesmo tempo, trata-se de um instrumento que se situa em posição estratégica em relação a um conjunto mais amplo de instituições, de práticas e de formas de governo.

Uma arqueogenealogia dos manuais pedagógicos certamente nos levaria ao encontro dos primeiros manuais de civilidade produzidos no início da modernidade. Os vínculos entre os manuais de prescrição comportamental para sociedade de corte do século XVI, estudados por Elias (2011), os manuais cristãos e os manuais pedagógicos, são notáveis no que diz respeito à fabricação do decoro corporal. Inicialmente voltados à formação das crianças, os manuais se converteram em uma tecnologia própria ao processo de desenvolvimento da civilização ocidental, guiando comportamentos e orientando condutas para uma sociedade capitalista em vias de elaboração. O processo de refinamento dos gestos e das condutas, neste processo, foi um aspecto instrumental para a consolidação da sociedade moderna pós-industrial.

Os manuais pedagógicos, neste sentido, emergem como um dispositivo no contexto de transição para uma sociedade em vias de industrialização, na qual a escola se converte em uma arquitetura central para a produção de sujeitos dóceis e obedientes. Ao mesmo tempo, os manuais se configuram como dispositivos de subjetivação docente, com vistas à formação de um contingente de pedagogos e professores capazes de prescrever rotinas, dominar a relação do escolar com o tempo e sua escansão, distribuir seus corpos na topografia própria ao espaço escolar, estabelecer sanções e punições em conformidade com os delitos e vigiar suas condutas permanentemente. O espaço escolar precisa, assim, configurar-se como um lugar esquadrihado, uniformizado, alinhado e demarcado conforme as prescrições da taxonomia previstas nos manuais pedagógicos.

Em *Vigiar e Punir*, Foucault (2020) nos apresenta um ótimo exemplo do modo como os manuais de ortopedia e os esquemas corporais das escolas francesas, como a escola de Port-Mahon, elaboraram suas tecnologias de adestramento e docilização dos corpos. Esse processo de constituição dos sujeitos modernos se deu, segundo ele, a partir do que denomina ortopedia moral, isto é, a configuração de formas e gestos previamente prescritos nos manuais pedagógicos para um melhor enquadramento e governo dos corpos nas instituições escolares do século XVIII e XIX, tendo em vista a normalização social.

Sendo assim, os manuais se consolidam como orientadores das técnicas e tecnologias empregadas para a consecução da disciplina escolar. Professores, mestres e pedagogos, portanto, precisavam reconhecer quais técnicas disciplinares permitiriam um melhor governo das classes, quais instrumentos, movimentos, posturas, posições, permitiriam constituir o que Foucault (1999, 2020) denominou como anatomopolítica do corpo-espécie. O movimento que leva a escola moderna a se constituir como uma das instituições centrais a operar com o poder disciplinar só pode ser melhor explicado quando se considera que as estratégias de governo do corpo individual se ligam às estratégias de governo do corpo-espécie.

Em outras palavras, somente quando as preocupações com a constituição da nação como corpo social normalizado e do Estado como seu instrumento político de segurança populacional emergem (Sibilia, 2012) é que a preocupação com o adestramento das condutas e a constituição de um corpo dócil e higienizado se converte em uma necessidade cívica e civilizadora. É nesse contexto que a escola se constitui em uma tecnologia central para um novo projeto de normalização social.

3 A PEDAGOGIA COMO TÉCNICA DE GOVERNO DAS CONDUTAS

A emergência do manual docente *Empleo de una disciplina eficaz para el mejor gobierno de la clase* é um dos desdobramentos históricos das estratégias anatomopolíticas e biopolíticas de governo das populações no século XX nos EUA e América Latina. Publicado originalmente em 1963, nos EUA, com o título *Using effective discipline for better class control*, escrito pelos professores Robert L. Schain e Murray Polner, o manual se insere no interior de um circuito editorial voltado à formação técnica de professores, característico do pós-guerra norte-americano, no qual proliferam guias de *classroom management* orientados pela racionalização das práticas pedagógicas (Urban; Wagoner, 2009). Sua emergência deve ser compreendida no contexto de expansão massiva da escolarização secundária, de crescente problematização da autoridade docente tradicional e da incorporação de saberes psicológicos ao campo educacional, que passam a tratar a disciplina não mais como uma questão moral, mas como objeto de intervenção técnica sobre os comportamentos.

Tal deslocamento articula-se, por sua vez, a um cenário político mais amplo, marcado pelas tensões da Guerra Fria e pela centralidade da educação nas estratégias de segurança e de desenvolvimento nacional e institucionalizadas por políticas como o *National Defense Education Act*, lei aprovada em 1958 com o objetivo de fortalecer a educação técnica voltada à segurança nacional (Urban; Wagoner, 2009). Nesse horizonte, a escola é, progressivamente, investida como espaço de regulação e otimização das condutas, e o professor, como operador de técnicas de gestão comportamental, responsável por assegurar a ordem e a eficácia do processo educativo. O manual de Schain e Polner (1968) pode, assim, ser lido como expressão de uma racionalidade pedagógica que inscreve o ensino no campo das tecnologias de governo, na medida em que traduz, no nível da sala de aula, exigências mais amplas de controle, de previsibilidade e de produtividade próprias à sociedade norte-americana do período.

É precisamente essa racionalidade pedagógica, forjada no contexto norte-americano, que encontra, nas redes editoriais latino-americanas, as condições de sua tradução, circulação e reconfiguração. Fundada em 1937 na Cidade do México por José María González Porto, a *Unión Tipográfica Editorial Hispano-Americana* (UTEHA) consolidou-se como uma das principais editoras técnicas e científicas do mundo hispânico ao longo do século XX. Composta por um quadro expressivo de intelectuais, tradutores e especialistas exilados, a editora destacou-se pela publicação de obras de caráter técnico, científico e pedagógico, organizadas em coleções voltadas à formação profissional e à difusão do conhecimento especializado. Seu catálogo estruturou-se amplamente a partir da tradução de obras estrangeiras – sobretudo europeias e norte-americanas – o que lhe permitiu operar como mediadora cultural na circulação de saberes entre diferentes tradições linguísticas e científicas. A partir do final da década de 1930, a UTEHA expandiu suas atividades para diversos países da América Latina, estabelecendo filiais e consolidando um mercado editorial transnacional, no qual a produção de manuais e obras de referência ocupou posição estratégica (Lucci, 2017).

É nesse circuito editorial que se insere a publicação, em 1968, do manual *Empleo de una disciplina eficaz para el mejor gobierno de la clase*, cuja tradução e difusão no México não podem ser dissociadas das transformações políticas, sociais e educacionais em curso na região. Em um contexto de modernização estatal, de expansão dos sistemas escolares e de crescente demanda por racionalização das práticas docentes, o México configura-se como ponto de irradiação privilegiado para a circulação de modelos pedagógicos orientados por critérios de eficiência, de controle e de gestão da sala de aula. Nesse cenário, a atuação da UTEHA, pode ser compreendida como parte de uma estratégia mais ampla de produção e difusão de saberes pedagógicos, no qual a tradução de manuais norte-americanos não apenas viabiliza o acesso a determinadas técnicas de ensino, mas contribui para a constituição de uma racionalidade pedagógica específica, ancorada na centralidade da disciplina como problema técnico e no governo da classe como tarefa fundamental do professor. Mais ainda, a entrada e a difusão do manual no contexto editorial latino-americano podem ser lidas não apenas como um episódio lateral, mas como parte de um processo de padronização transnacional das formas de ver, diagnosticar e intervir sobre a vida escolar, no qual o professor é progressivamente constituído como operador técnico de um dispositivo que articula saber pedagógico, controle disciplinar e gestão da ordem social.

É a partir desse horizonte que se torna possível analisar o manual *Empleo de una disciplina eficaz para el mejor gobierno de la clase* não apenas como um guia pedagógico, mas como um arquivo de enunciados e de práticas que buscam materializar, no cotidiano da sala de aula, uma determinada racionalidade de governo das condutas. Apesar da aparente distância dos manuais pedagógicos do século XIX, ou mesmo de suas primeiras versões mais remotas do século XVI, é possível identificar os enunciados que sobrevivem como arquivo e base instrumental da fabricação deste dispositivo pedagógico. É o que passamos a analisar a seguir.

O manual é dividido em cinco capítulos, conforme consta em seu sumário (tradução nossa²): 1. *Como melhorar a disciplina na sala de aula*; 2. *A direção mais eficaz da classe*; 3. *Punição apropriada ao delito*; 4. *Estabelecimento de relações ajustadas à realidade entre o professor e os alunos*; 5. *Tratamento das crianças que sofrem de transtornos*.

Tanto o título do manual quanto os títulos dos capítulos são bastante indicativos quanto ao propósito e à compreensão das noções elementares de governo, disciplina, direção, delito, castigo, ou mesmo quanto ao tratamento dos alunos com transtornos. De um modo geral, o manual se apresenta como um instrumento para formação e preparo docente para cenários diversos de indisciplina

² 1. Cómo mejorar la disciplina en el aula; 2. La Dirección más eficaz de la clase; 3. Castigo apropiado al delito; 4. Establecimiento de relaciones amoldadas a la realidad entre el maestro y los alumnos; 5. Tratamiento de los niños que padecen trastornos.

em sala de aula. Sua estrutura segue um mesmo modelo, contendo: exposição do problema – tanto em relação à postura dos professores (como o professor que volta às costas à classe) quanto aos tipos clássicos de indisciplina dos alunos (como conversas, chegadas tardias, brigas e desordens coletivas) –, bem como análise de casos exemplares, avaliação desses mesmos casos em termos de limitação e ineficácia e sugestões sobre como melhor conduzir o governo das classes. Nas palavras de Schain e Polner (1968, p. 4, tradução nossa):

Neste livro serão examinados estudos de casos em matéria de disciplina. Estes exemplos foram extraídos de todos os níveis escolares e de todas as partes dos Estados Unidos. Ilustra quase todos os problemas de disciplina que os professores precisam enfrentar e foram organizados em diversas categorias, de modo que o estudo de cada caso se adaptará ao seguinte esquema: 1. O incidente. Um breve relato do que ocorreu e do que fez o professor a respeito. 2. Análise e avaliação. Por que ocorreu o incidente, e a prudência e a eficácia da ação do professor. 3. Sugestões: Como melhorar as ações do professor e como evitar incidentes semelhantes no futuro.³

É possível perceber claramente, na proposta do manual docente, o objetivo de se constituir como uma tecnologia que opera a partir de mecanismos característicos da sociedade disciplinar moderna (século XVII ao XIX), os quais Foucault (2020) denomina de: vigilância hierarquizada (olhar), sanção normalizadora (castigo) e exame (caso). Analisemos, pontualmente, cada mecanismo ou técnica operatória.

Primeiramente, o mecanismo de vigilância hierarquizada. Em suma, trata-se de uma técnica específica de organização do olhar, que busca estruturar um sistema em que a disciplina opera a partir de um princípio de visibilidade, na qual o olhar é objeto de uma distribuição desigual, contínua e organizada em níveis. Ou seja, trata-se de uma relação fundada na assimetria entre quem olha e quem é observado/vigiado, ao mesmo tempo em que busca constituir uma experiência de subjetivação na qual o sujeito passa não só a vigiar os que lhes são subordinados, como também passa a implicar quem vigia em uma autovigilância constante. No contexto do manual docente, o que se observa é a preocupação em identificar as falhas de vigilância e autovigilância dos docentes na relação com os estudantes em sala de aula.

Em um caso específico, Schain e Polner (1968) apresentam o caso de um professor de Química que se queixava constantemente do desrespeito dos estudantes quando este virava as costas à turma para escrever no quadro negro. Como afirmam: “Esse tipo de situação é particularmente deprimente para o professor, porque ele não consegue identificar de fato o transgressor ou os transgressores para lhes impor a punição apropriada” (Schain; Polner, 1968, p. 7, tradução nossa)⁴. Tal falha seria o resultado da ausência de uma aplicação estrita de normas para a classe, as quais deveriam ocorrer previamente no início do ano letivo. Por sua vez, a falta de disposição para um castigo rápido frente a qualquer infração, a ausência de um castigo eficaz, ao mesmo tempo em que a falta de uma atitude séria, firme e inflexível de parte do professor, é o que justificaria a incapacidade de gestão disciplinar dos estudantes. O caso é concluído, afirmando que diante da ausência de medidas eficazes em sala de aula, o professor precisaria apelar ao seu inspetor, isto é, àquele que responderia institucionalmente em um nível hierárquico superior ao professor.

Nota-se, neste caso, a necessidade renovada do segundo mecanismo analisado por Foucault (2020): a sanção normalizadora, isto é, a centralidade do castigo como técnica operatória eficaz para o gerenciamento disciplinar da sala de aula. Este segundo mecanismo é encontrado no manual docente, ao abordar a norma como instrumento central para a consecução da gestão disciplinar. Tal como analisado por Foucault (2020) em *Vigiar e Punir*, Schain e Polner (1968) demonstram como a relação entre transgressão e castigo estrutura formas de punição que não se organizam simplesmente a partir de uma lei geral das formas de punição, de modo exemplar e espetacular, mas de uma economia das formas de punição cotidiana. Punições que possam ser incorporadas à uma nova racionalização da prática docente, a partir de princípios como eficiência, controle, gestão imparcial e calculada.

³ Excerto original: “En este libro se examinarán estudios de casos en materia de disciplina. Esto ejemplos han sido tomados de todos los grados y de todas las partes de los Estados Unidos. Ilustra casi todos los problemas de disciplina a los que los maestros han de enfrentarse y han sido ordenados en diversas categorías, de modo que el estudio de cada caso se adaptará al siguiente esquema: 1. El incidente. Una breve relación de lo que ocurrió y de lo que hizo el maestro al respecto. 2. Análisis y evaluación. Por qué ocurrió el incidente, y la prudencia y la eficacia de la acción del maestro. 3. Sugerencias: Cómo han mejorado las acciones del maestro y cómo evitar incidentes similares en lo futuro” (Schain; Polner, 1968, p. 4).

⁴ Excerto original: “Esta clase de situación resulta particularmente deprimente para el maestro porque no puede identificar de hecho al transgresor o los transgressores para imponerles el castigo apropiado” (Schain; Polner, 1968, p. 7).

É possível afirmar que a proposta pedagógica do manual procura atender, assim, aos mesmos princípios de humanidade, de justiça e de eficácia que mobilizaram Jeremy Bentham à construção do sistema panóptico nas prisões (Foucault, 2020). Isto é, o que o manual docente pretende realizar em termos de eficácia e de humanitarismo é equiparável ao processo que substituiu o suplício dos condenados (como atesta o caso do esquartejamento público de Damiens na abertura de *Vigiar e Punir*) pelo nascimento das prisões. Uma medida, como lembra Foucault (2020), marcada por uma “economia política do corpo”, uma “anatomia política do detalhe”, o que confere à disciplina das primeiras escolas, prisões e fábricas do século XIX uma qualidade específica, demarcada por um saber situado no cruzamento entre gestão, economia e política. Um saber que calcula e ratifica a todo instante, tendo em vista o melhor aproveitamento das energias e o menor custo possível. O que demonstra como, sob a pretensa novidade deste manual em comparação com os manuais de ortopedia ou dos esquemas corporais de escolas como Port-Mahon, este arquivo enunciativo recoloca uma mesma gramática (discursiva e corporal) e uma mesma estratégia de poder, baseada na previsibilidade e na redução de custos humanos (tal como o dispositivo de segurança para o governo das populações desde o século XVII), na economia dos gestos (característica dos manuais de ortopedia moral para crianças do século XVIII) e no cálculo pormenorizado entre delito e castigo (característica do discurso jurídico do século XIX).

O que se encontra em análise neste manual, portanto, é muito mais a atenção ao refinamento dos gestos através de pequenas correções e ajustes, que possam ser distribuídos de forma racionalizada no espaço da sala de aula, a partir da análise minuciosa das posturas corporais, ao passo que permitem instaurar um cálculo justo das penas em conformidade com os delitos, para que as correções e, não menos, as bonificações ao bom comportamento possam constituir uma forma eficaz de classificação e (des)qualificação dos sujeitos. A norma, nesse sentido, mais do que só corrigir os desvios dos alunos e os erros dos professores, é o que permite definir a boa disciplina, o bom professor e o comportamento adequado ao dispositivo pedagógico.

Entre as três técnicas operatórias analisadas por Foucault, talvez seja a terceira (o exame) a que melhor traduza o exercício proposto pelo manual docente de Schain e Polner. Como os autores destacam, “Neste livro serão examinados estudos de casos em matéria de disciplina” (Schain; Polner, 1968, p. 4), o que demonstra que o manual tem por centralidade examinar estudos de caso, a partir de práticas docentes ineficazes, com vistas a iluminar as dimensões opacas do que constitui a inoperância das práticas disciplinares tradicionais. Nesse sentido, o que prevalece no manual docente, como dispositivo pedagógico, é a função de registrar, documentar, classificar, individualizar e propor correções que tornem operativas determinadas funções atribuídas à atividade docente. Ao observar, julgar e corrigir a conduta docente, o exame tem como função converter a experiência dos professores em caso, e o caso em norma. E é justamente aí que se situa a condição do presente manual como um dispositivo pedagógico. Ao articular vigilância e castigo, o exame (a partir do estudo de caso) permite a produção sistemática de um saber sobre o sujeito, seja ele o professor, seja o estudante, convertendo o manual em um dispositivo que passa a inscrever um novo saber discricionário sobre a sala de aula e a atividade pedagógica.

Outro destaque importante nesse manual é a preocupação em identificar medidas clássicas de contenção da indisciplina em sala de aula, consideradas como parte integrante de uma pedagogia tradicional a ser superada. Desde o uso de notas como arma ou o recurso da cópia escrita (da Constituição dos EUA) como punição, estratégias docentes tipificadas como autoritárias, injustas ou ineficazes. Portanto, nota-se que o problema central do governo das classes é um problema efetivamente de aperfeiçoamento da economia e da gestão disciplinar. Distintamente dos manuais do século XIX, a questão que mobiliza a construção desse manual docente, portanto, está em como superar as formas disciplinares ineficazes e em como constituir formas disciplinares modernas, justas e eficazes (Schain; Polner, 1968, p. 3).

Nas palavras de Schain e Polner (1968, p. 3-4, tradução nossa⁵), portanto, o problema central se apresenta como uma questão de gestão da eficiência técnica das formas disciplinares, na qual o professor possui o dever inapelável de impô-la. Neste sentido,

⁵ Excerto original: “El punto de vista en el que habremos de insistir sostiene que la disciplina firme es impuesta por el maestro. Es éste, en efecto, quien ha de establecer los métodos, las prácticas que rigen la labor en la clase, las medidas preventivas que contribuyen a evitar problemas de disciplina y las normas de disciplina correctiva que aplican un castigo justo e imparcial. Este concepto de la disciplina niega la teoría y la práctica que quieren que las normas para la clase y los planes de estudios sean elaborados conjuntamente por los maestros y los alumnos en lo que se ha designado erróneamente atmósfera cooperativa y democrática. Por supuesto, no tratamos en modo alguno de pretender que el maestro deba convertirse en un tirano, porque es lo cierto que toda norma o todo método relativo a la clase deberá explicarse a ésta, procediéndose a discutir cabalmente su valor. Pero, por encima de todo, son la responsabilidad, los conocimientos y la madurez del maestro los que

O ponto de vista no qual devemos insistir sustenta que a disciplina firme é imposta pelo professor. É este, de fato, quem deve estabelecer os métodos, as práticas que regem o trabalho em sala de aula, as medidas preventivas que contribuem para evitar problemas de disciplina e as normas de disciplina corretiva que aplicam uma punição justa e imparcial. Este conceito de disciplina nega a teoria e a prática que querem que as normas da classe e os planos de estudo sejam elaborados conjuntamente por professores e alunos no que foi erroneamente designado como atmosfera cooperativa e democrática. Evidentemente, não se trata, de modo algum, de afirmar que o professor deva se tornar um tirano, pois é certo que toda norma ou método relativo à classe deverá ser explicado a ela, procedendo-se a discutir plenamente o seu valor. Mas, acima de tudo, são a responsabilidade, os conhecimentos e a maturidade do professor que lhe impõem o dever de dirigir a classe de forma eficaz. Seria uma loucura abandonar essa tarefa aos estudantes, pois os resultados poderiam arruinar todo o sistema de ensino.

Esta passagem é particularmente interessante, pois permite rastrear uma questão de fundo que atravessa não somente este manual docente, mas a linha de curvatura das políticas disciplinares a partir da década de 1960 nos EUA e América Latina. Trata-se do processo de esvaziamento da dimensão pública da escola, isto é, daquilo que faz da escola um lugar de suspensão da atividade produtiva, de restituição da experiência democrática e de constituição do comum (Larrosa, 2001; Bondía, 2002). Esse esvaziamento da dimensão pública pode ser melhor explicado a partir da emergência do que Foucault define como crise de governo na década de 1970, no interior de um processo em que a indisciplina e a ampliação das experiências democráticas passam a ser problematizadas como sinais de uma crise geral de governabilidade (Chamayou, 2020). Entretanto, a elaboração dessa crise como um problema pode ser rastreada desde a década anterior, quando se encontra em curso um conjunto de processos sociais de tomada da cena pública, como comprovam os movimentos estudantis de maio de 1968. Nesse sentido, a escola passa a ser pensada como lugar estratégico, como uma espécie de laboratório de recomposição e experimentação de novas técnicas disciplinares de governo.

É nesse contexto que o manual docente de Schain e Polner propõe – sob a roupagem da eficácia técnica e da responsabilidade dos professores no gerenciamento de suas classes – inscrever uma racionalidade pedagógica que estabeleça um teto às experiências democráticas, que abafe os ruídos do encontro das diferenças e que reafirme a escola como um espaço controlado de reprodução social. Acima de tudo, que seja operacionalizada no interior de uma nova lógica de produtividade e segurança. É no interior desse processo de transformação das formas de governamentalidade, em uma sociedade que passa a experimentar o pânico moral ante a ameaça e a instabilidade internas (seja o perigo comunista, sejam as revoltas estudantis, sejam as insurgências sociais na América Latina e Brasil), que a disciplina passa a adquirir centralidade no processo de formação de professores, através dos manuais docentes e de uma nova racionalidade técnica da pedagogia. Nesse sentido, a democratização da vida escolar, seja a participação de estudantes na vida pública da escola, seja em experiências políticas de transgressão, passa a aparecer como um risco às condições técnicas de governo das condutas.

Por isso, mesmo sob a aparência de uma crítica às práticas disciplinares ineficazes, em nenhum momento o manual deixa de reconhecer a disciplina e o castigo como atributos da técnica pedagógica. A pedagogia apresenta-se, assim, como uma técnica de governo das condutas: não apenas um reforço suplementar ou instrumento de apoio para a educação, mas sim e sem ressalvas como seu objetivo precípua e meta final. É essa meta que vemos ser reativada nas atuais políticas de militarização da escola, em que a eficácia técnica é reativada como solução para os “excessos democráticos” do presente.

Como se observa já na abertura do manual, sob o título *Cómo mejorar la disciplina en el aula*, Schain e Murray (1968, p. 1, tradução nossa⁶) afirmam:

le imponen el deber de dirigir a la clase eficazmente. Constituiría una locura abandonar esta tarea a los estudiantes porque los resultados podrían arruinar el sistema de la enseñanza entero”.

⁶ Excerto original: “La disciplina en el aula es probablemente el problema más corriente para todos los maestros, en todos los grados y todas las materias. Es un problema que afecta a la totalidad personal de nuestros sistemas de enseñanza, esto es, al maestro, al inspector y al director, todos los cuales están interesados por el tono de la escuela y la eficacia de la enseñanza, e inclusive a los consejos escolares, llamados a menudo a ocuparse de casos disciplinarios”.

A disciplina em sala de aula é provavelmente o problema mais comum para todos os professores, em todos os níveis e em todas as matérias. É um problema que afeta a totalidade pessoal dos nossos sistemas de ensino, isto é, o professor, o inspetor e o diretor, todos os quais estão interessados no clima da escola e na eficácia do ensino, e inclusive os conselhos escolares, frequentemente chamados a lidar com casos disciplinares.

Como apontamos, a disciplina como evidência necessária ao processo de ensino nas escolas e em todas as instâncias da educação aparece neste manual como um problema ao mesmo tempo central e sistêmico. Isto é, não se trata de uma questão lateral, paralela ou suplementar ao processo educativo, mas sim de um problema axial, um eixo tecnológico sem o qual a educação se torna uma tarefa impossível. Podemos notar que não há novidade alguma em se tratando de técnicas pedagógicas desde pelo menos o século XVI e, como vimos, trata-se de um arquivo que sobrevive na gramática dos manuais pedagógicos desde o início da modernidade, até a instauração do que Foucault denomina sociedade disciplinar.

Mais ainda, e talvez esta seja a novidade desse manual: para bem governar a conduta dos estudantes, faz-se urgente aperfeiçoar as formas de governo da conduta docente. É aqui que encontramos, ao que nos parece, o seu ponto de emergência, de acontecimento e de exposição categórica. O professor, tal como apresentado aqui, é minuciosamente analisado, converte-se em objeto de um exame detalhado, é convocado a falar, apresentar seus exemplos e falhas no trato com os estudantes. Nesse sentido, o documento serve, ao mesmo tempo, como instrumento de confissão pública dos erros do professor e da escola, como tecnologia de expiação e como dispositivo de subjetivação e sujeição da atividade docente ao saber técnico da pedagogia.

Assim, o professor se encontra implicado no interior da tarefa pedagógica de disciplinar e governar. É convocado à tarefa de conduzir o dispositivo pedagógico com assertividade, sem brechas, sem erros. Em certo sentido, opera-se uma espécie de igualdade de reserva, na qual o professor é colocado lado a lado com o estudante, não como um processo genuíno de igualdade, mas sim por compartilharem de um mesmo fator de abjeção: a indisciplina e a ineficiência. Afinal, qual o motivo para que os estudantes se portem mal em sua classe? A razão, certamente, como afirmam Schain e Polner (1968, p. 2), está nos métodos de governo de cada professor. Pior do que governar mal é não governar. Deixar dúvidas quanto à sua autoridade, dispensar a atividade de governo da classe, ou orientar outros modos coletivos, democráticos e participativos de construção da gestão da classe entre professores e alunos. Isto é, sem dúvida, um fator não só reprovável, mas o motivo central do mal comportamento dos estudantes.

Por que acontece que os estudantes se comportam mal em algumas aulas e em outras não? Claro, a razão está nos métodos de condução da aula de cada professor. A dificuldade começa no início do semestre e se agrava à medida que ele avança. Isso é muito bem ilustrado pela anedota que conta sobre uma criança que volta para casa depois do primeiro dia de aula. A mãe lhe pergunta o que fizeram naquele dia na escola. A criança responde: “Hoje tivemos orientação”. “O que é orientação?”, pergunta a mãe. E a criança, com uma cara muito séria: “Isso é quando decidimos quem vai dirigir a aula, se as crianças ou o professor”. A implicação é esta: se o professor não consegue deixar bem claro desde o início do semestre que a condução da aula está em suas mãos, seus problemas irão aumentar dia após dia (Schain; Polner, 1968, p. 2, tradução nossa)⁷.

Poderíamos perguntar, a esta altura, se de fato a disciplina é uma necessidade imperativa ao trabalho educativo ou, de outro modo, se existiria educação sem disciplina? Contudo, tal pergunta só faria ressoar um debate que já reconhece de saída o que é a educação ou no que consiste uma prática pedagógica. Sobretudo, significaria reconhecer que é na presença ou na ausência das práticas disciplinares que o problema da educação seria decidido, o que converteria a disciplina, ou a sua falta, em um problema real à atividade educativa, de tal sorte que o problema apareceria para nós como pura constatação e o documento em análise, uma evidência desse mesmo problema. Novamente, precisamos reafirmar que encarar tal documento em sua condição de arquivo e dispositivo requer, antes de tudo, reconhecê-lo como um efeito dos jogos de saber-poder, como um material que constitui e

⁷ Trecho original: “¿Por qué ocurre que los estudiantes se portan mal en algunas clases y otras no? Por supuesto, la razón está en los métodos de gobierno de la clase de cada maestro. La dificultad empieza al principio del semestre y se agrava a medida que éste progresa. Esto lo ilustra muy bien la anécdota que cuenta de un niño que vuelve al hogar después del primer día de clase. La madre le pregunta qué han hecho aquel día en la escuela. El niño contesta: “Hoy hemos tenido orientación”. “¿Qué es orientación?” pregunta la madre. Y el niño, con una cara muy seria: “Esto es cuando decidimos quién dirigirá la clase, si los niños o el maestro”. La implicación es ésta: si el maestro no logra dejar bien sentado desde el principio del semestre que el gobierno de la clase está en sus manos, su problemas irán aumentando de día en día” (Schain; Polner, 1968, p. 2).

reconstitui a educação, que a fabrica a partir de uma gramática que já se encontra assentada como fundamento da verdade pedagógica desde o início da modernidade e que possui na disciplina seu alicerce.

Portanto, como arqueólogos das palavras e genealogistas das formas de poder, cabe-nos, para esta reflexão, indagar: por que e como a disciplina emerge e sobrevive em seu caráter imperativo e prescritivo como o sustentáculo das técnicas pedagógicas? Afinal, a disciplina não possui um caráter coeso e universal, ela é uma prática que atravessa séculos de experiências de constituição de saberes e práticas de si. Como Foucault estudou e experimentou em sua própria vida, a disciplina pode orientar técnicas das mais diversas, seja como forma de constituir a si mesmo, na forma do cristianismo, do budismo, das práticas sadomasoquistas, seja como tecnologias de normalização das condutas sociais, como os mosteiros, os hospitais, as fábricas, os exércitos e as escolas. Portanto, para que se compreendam os vínculos internos e externos entre a tecnologia disciplinar e a escola, é necessário reconhecer de qual lugar ético e político a tecnologia disciplinar estudada por Foucault nos fala e, assim, qual gramática e qual dispositivo pedagógico a torna sustentável.

Mais ainda, seria necessário perguntar: se a pedagogia como dispositivo e, portanto, a disciplina como seu alicerce, são instrumentos realmente necessários à educação e à escola? O que, evidentemente, não significa depor contra à escola ou à educação, mas problematizar quais tipos de saberes têm as orientado por tanto tempo e, mais ainda, saber se a pedagogia como técnica de governo das condutas é algo necessário ou mesmo desejável.

Colocar e ampliar tais questionamentos é uma tarefa urgente em nosso tempo presente. Não para que se obtenha uma resposta satisfatória, mas para que possamos mobilizar em nossas reflexões perguntas que nos abram ao exercício de um outro lugar ético e político, diferente ao menos do que tem sido o lugar enunciativo da educação e do dispositivo pedagógico na civilização ocidental nos últimos quinhentos anos. Um lugar no qual possamos inventar uma outra escola, que retome da palavra *scholé* sua dimensão pública, cuja potencialidade é o tempo livre, o ócio, a suspensão da atividade produtiva – do uso e do consumo do mundo – lugar em que os diferentes sujeitos possam partilhar algo, espaço que permita o exercício da atenção ao mundo que nos é comum (Masschelein; Simons, 2014). Um lugar não prescrito, ainda não dito, talvez, jamais enunciado ou encontrado nos arquivos dos tempos, uma escola-devir, que se alicerce na potência de um ato ainda possível, em um existir ainda imprevisível nos manuais pedagógicos e nos receituários disciplinares, baseados no discurso do eterno e do foi sempre assim.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso traçado neste artigo buscou compreender o manual docente, intitulado *Empleo de una disciplina eficaz para el mejor gobierno de la clase*, em uma perspectiva arqueogenealógica, a partir de dois movimentos integrados: na primeira parte, apresentou-se a noção de arquivo a partir de Foucault e Didi-Huberman, de modo a demonstrar como esse conceito permitiu reconhecer o manual como um conjunto entrelaçado de enunciados que se encontram e se organizam anacronicamente, como um suporte de tempos sobreviventes. Ainda, procurou-se demonstrar como esse manual operou no campo educacional como um dispositivo pedagógico; na segunda parte, analisou-se de que modo esse documento emergiu em sua singularidade, como proposta de superação das formas disciplinares ineficazes e de constituição de formas disciplinares modernas, justas e eficazes.

O que se buscou com essas análises foi problematizar os mecanismos de regulação orientados por este manual docente em duas dimensões principais: a) nas relações entre educação e disciplina; e b) nas relações entre o dispositivo pedagógico e a regulação das condutas docentes. Sobre a primeira dimensão de análise, é possível dizer que a emergência deste manual aponta, em sua condição de acontecimento, para um processo de reconversão da pedagogia como técnica de governo das condutas e do emprego dos manuais como dispositivos, de modo a responder à dimensão técnica ou tecnicista das reformas educacionais em curso nas décadas de 1960 nos EUA e América Latina. Naquele contexto, a preocupação central era a racionalização da atividade docente, o aperfeiçoamento e o refinamento das técnicas de controle da sala de aula, sob o argumento da condição transgressiva e ingovernável dos estudantes. Sobre a segunda dimensão, é possível afirmar que, mais do que simplesmente orientar novas formas disciplinares, econômicas e eficazes, a função precípua desse manual foi estabelecer formas de controle e governo sobre a atividade docente. O que, por sua vez, permite-nos inferir sobre as condições que permitiram a emergência de uma nova rede de enunciados sobre a figura do professor e

um novo regime de verdade que procurava capturar e controlar os excessos democráticos do exercício da liberdade docente e discente, ao mesmo tempo em que reiterava o papel secular do professor como mestre e soberano da sala de aula.

Se considerarmos válida esta inferência, não parece difícil enxergar no manual de orientação pedagógica da década de 1960 o mesmo arquivo de enunciados que orientou o dispositivo pedagógico no Brasil e na América Latina na segunda década do século XXI. Importa sublinhar que não se trata de uma continuidade histórica linear entre o manual docente e as políticas educacionais do tempo presente, mas de processos de reativação dos enunciados e de novas formas de inscrição do discurso disciplinar no campo social. Ao que nos parece, tais movimentos de reativação podem sugerir tanto a atividade do passado sobre o presente – os resíduos temporais do passado que se encontram latentes no presente – quanto as condições de possibilidade que permitem a fixação dos enunciados e das práticas disciplinares como tecnologias de contenção da atividade democrática.

Mesmo que levados ao paroxismo – condição própria dos fascismos e das políticas neoliberais do século XX e XXI – a construção da figura do professor como inimigo público, a responsabilização individual de professores pela indisciplina e a suposta ineficácia no ensino de seus alunos, a disciplina que se exige às/nas escolas, o crescimento das escolas cívico-militares como solução para os problemas de indisciplina e aprendizagem, todos esses exemplos continuam a demonstrar que a escola e a educação, de um modo geral, continuam sendo orientadas pelo mesmo arquivo de enunciados que organiza o dispositivo pedagógico desde o início da modernidade – ou, ao menos, desde a conversão do dispositivo pedagógico como instrumento de governo da conduta docente na década de 1960.

Tal condição é menos um processo de repetição *ad infinitum* do mesmo modelo pedagógico, tampouco uma espécie de retorno do recalcado na civilização ocidental e mais, talvez, um sintoma de que a modernidade, o capitalismo e a forma Estado são indissociáveis da pedagogia como dispositivo de governo, assim como o são da divisão de classes, do racismo, da LGBTfobia, do etarismo e do patriarcado. Talvez, mesmo a luta assassina pelo fim da escola (a exemplo do que acontece com o *homeschooling*) traga contida em si a busca por formas mais bárbaras de uso do dispositivo pedagógico – formas estas que apostam na atomização e hiperindividualismo dos sujeitos, no governo disciplinar para os pobres e na autogestão para os ricos (ou no empreendedorismo de si para a classe média), na maximização da separação entre a disciplina/obediência e a autogestão de si mesmo, ou mesmo no extermínio físico e simbólico de toda a diferença. Talvez, apenas talvez, mesmo quando não sobrar lugar algum para se chamar de escola, o dispositivo pedagógico estará lá, contanto que as estruturas matriciais da modernidade, do capitalismo e do Estado estejam presentes para convidá-lo a governar.

REFERÊNCIAS

AQUINO, J. G. *Educação pelo arquivo: ensinar, pesquisar, escrever com Foucault*. São Paulo: Intermeios, 2019.

ASPIAZU SUÁREZ, O.; LINO CHELE, E. *Influencia en las relaciones intrafamiliares en la disciplina escolar de los alumnos de décimo año del colegio fiscal mixto Julio Carchi Vargas*. 2013. 138 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências da Educação, especialização em Assuntos Secretariais) – Facultad de Ciencias de la Educación, Universidad Laica Vicente Rocafructe de Guayaquil, Guayaquil, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ulvr.edu.ec/handle/44000/1451?mode=full>. Acesso em: 10 set. 2026.

BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, n. 19, p. 20-28, jan./abril. 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?format=html&lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em: 10 set. 2026.

CARRILLO LÓPEZ, A. S. *Disciplina en el aula para la enseñanza-aprendizaje y la convivencia escolar*. 2025. 132 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia de Graduação) – Universidad de San Carlos de Guatemala, Guatemala, 2025. Disponível em: <https://biblos.usac.edu.gt/api/filesystem/v1/files/81d99db9-9315-468f-a004-fe61efe76000>. Acesso em: 10 set. 2026.

- CARVALHO, A. F.; GALLO, S. D. O. Defender a escola do dispositivo pedagógico: o lugar do *experimentum scholae* na busca de outro equipamento coletivo. *ETD – Educação Temática Digital*, Campinas, SP, v. 19, n. 4, p. 622–641, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8648756>. Acesso em: 10 set. 2026.
- CASTRO, E. *Vocabulário de Foucault*: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Tradução de Luis Gil Reyes. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- CHAMAYOU, G. *A sociedade ingovernável*: uma genealogia do liberalismo autoritário. Tradução de Letícia Mei. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- DELEUZE, G. O que é um dispositivo? In: DELEUZE, G. *O mistério de Ariana*. Tradução de Edmundo Cordeiro. Lisboa: Vega, 1998.
- DIDI-HUBERMAN, G. *Diante do tempo*: história da arte e anacronismo das imagens. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.
- DIDI-HUBERMAN, G. *A imagem sobrevivente*: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.
- DOSSE, F. *Renascimento do acontecimento*: um desafio para o historiador – entre Esfinge e Fênix. Tradução de Constancia Morel. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- ELIAS, N. *O processo civilizador*: uma história dos costumes. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I*: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.
- FOUCAULT, M. Sobre a história da sexualidade. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000. p. 243-276.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhe. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.
- LARROSA, J. *Pedagogia Profana*: danças, piruetas e mascaradas. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- LUCCI, M. *Semblanza de Unión Tipográfica Editorial Hispano Americana (UTEHA) (Ciudad de México, 1937–1977)*. [Semblanza]. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2017.
- MASSCHELEIN, J.; SIMONS, M. *Em defesa da escola*: uma questão pública. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- SCHAIN, R. L.; POLNER, M. *Empleo de una disciplina eficaz para el mejor gobierno de la clase* (1th ed.). Tradução de Carlos Gerhard. México: UTEHA, 1968.
- SIBILIA, P. *Redes ou paredes*: a escola em tempos de dispersão. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

URBAN, W. J.; WAGONER, J. L. *American education: A history*. 4th ed. New York, NY: Routledge, 2009.



Recebido em 05/06/2026. Aceito em 05/05/2026.

Publicado em 15/10/2026.